

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ**

**GRERJ Nº 10613391775-65**

**ELETRONET S/A**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.052.673/0001-83, com sede na Avenida Rio Branco, nº 311, sala 1404, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20030-130, com endereço eletrônico *juridico@eletronet.com* (**Doc. 01**), vem, por seus advogados abaixo assinados (**Doc. 02**), que receberão intimações na Rua Vinicius de Moraes, nº 111, 2º andar, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22411-010, com endereço eletrônico *rbuarque@moraessavaget.com.br*, na forma do art. 94, I, da Lei nº 11.101/2005, propor o presente:

### **REQUERIMENTO DE FALÊNCIA**

em face de **SELECT LATINA TELECOMUNICACOES LTDA EPP**. (“Select Latina”) sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.039.994/0001-15, com sede na Rodovia Washington Luiz, nº 2550, bloco 02, sala 1311, Vila São Luiz, Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro/RJ, CEP 25085-008 (**Doc. 03**).

(I)

### **DAS PUBLICAÇÕES**

1. Inicialmente, pleiteia a Requerente que todas as futuras publicações e intimações sejam realizadas em nome de seu procurador, Ruan Carvalho Buarque de Holanda, inscrito na OAB/RJ sob o

nºs 186.561, sob pena de nulidade e violação ao que dispõe o artigo 272, § 2º do Código de Processo Civil.

(II)

**COMPETÊNCIA DESTE R. JUÍZO PARA PROCESSAR E JULGAR A PRESENTE**  
**DEMANDA**

2. Antes de adentrar no mérito, cumpre esclarecer que, embora o “Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida” que lastreia a presente demanda eleja como foro de eleição a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, **a competência para processar e julgar requerimentos de falência pertence ao juízo do local do principal estabelecimento do devedor**, conforme preceitua o artigo 3º da Lei nº 11.101/05, *in verbis*:

“Art. 3º - É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial da empresa que tenha sede fora do Brasil”.

3. Dessa forma, tratando-se de competência absoluta oriunda de lei específica, e considerando que o principal estabelecimento da Requerida se situa no Município de Duque de Caxias, como se depreende da última alteração de seu contrato social, não há dúvidas quanto à competência desse r. Juízo para processar e julgar a causa.

(III)

**PRESSUPOSTOS DO REQUERIMENTO DE FALÊNCIA**

4. A Eletronet S/A, ora Requerente, é uma sociedade empresarial com inscrição regular na JUCERJA conforme certidão atualizada ora anexada sob a rubrica de **Doc. 04** o que comprova a regularidade de suas atividades, em atendimento ao que dispõe o § 1º do artigo 97 da Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005).

5. Da mesma forma, a Requerida é sociedade empresária regularmente inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), conforme certidão simplificada em anexo, devidamente atualizada e acompanhada do último ato constitutivo (**Doc. 05**)

(IV)

**DA LEGITIMIDADE DA SELECT LATINA EM FIGURAR NO POLO PASSIVO DA  
PRESENTE DEMANDA**

6. Em 21 de setembro de 2017, a Eletronet S/A celebrou junto à M. L. Carius – EPP o “Instrumento de Confissão de Dívida”, por meio do qual a M. L. Carius – EPP reconheceu a existência de dívida certa, líquida e exigível, no valor de R\$ 609.321,36 (seiscentos e nove mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos) – **Doc. 06**.

7. Ressalta-se, inicialmente, que a M. L. Carius – EPP é a empresa que deu origem à atual Select Latina Telecomunicações Ltda. EPP, conforme se depreende do Contrato Social originário da Requerida, dando conta da **transformação societária (Doc. 07)**. Incide, portanto, a previsão do art. 968, §3º do Código Civil, que prevê a possibilidade do empresário individual admitir novos sócios e transformar, junto ao Registro Público, seu registro de empresário em uma sociedade empresária:

*“§ 3º Caso venha a admitir sócios, o empresário individual poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código.”*

8. Esta transformação fica caracterizada ao se analisar o trecho do Contrato Social em comento, que informa *“fazendo uso do que permite o §3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/2008, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE EMPRESÁRIA, uma vez que admitiu os sócios CLAUDINEI SILVA CLAUDIO [...] e ANDRÉ SILVA DE OLIVEIRA [...]”*.

9. Logo, é incontestável que a Select Latina é a sucessora empresarial da M. L. Carius EPP, empresa esta que, conforme documentação já referendada, celebrou a confissão de dívida com a Requerente. E, como se sabe, nos termos do Código Civil, a transformação não modifica nem prejudica qualquer direito creditório dos credores:

*“Art. 1.115. A transformação não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores.”*

10. Deste modo, patente a sua legitimidade em figurar no polo passivo do presente requerimento.

(V)

**DA FORMA DE PAGAMENTO PREVISTA NO INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA**

11. Por força do referido Instrumento, a Requerida comprometeu-se a efetuar o pagamento da quantia devida em 6 (seis) parcelas de valores diversos, sendo a primeira parcela 4 (quatro) dias após a sua celebração:

**FORMA DE PAGAMENTO**

3. Para fins exclusivos de celebração do presente acordo, a **CREDORA**, por mera liberalidade, aceita receber da **DEVEDORA**, que se compromete a pagar **Dívida**, da seguinte forma:

- (a) Em 25/09/2017, o valor de R\$ 7.452,02 (sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e dois centavos), decorrente da emissão das notas fiscais NFSe 2039 e NFSe 2081 (Eletronet-RJ), com vencimento originário em 15/07/2017 e 15/08/2017, respectivamente;
- (b) Em 25/10/2017, o valor de R\$ 29.772,87 (vinte e nove mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos), decorrente da emissão da nota fiscal 000021-1 (Eletronet-CE), com vencimento originário em 15/07/2017;
- (c) Em 24/11/2017, o valor de R\$ 85.895,04 (oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), decorrente da emissão das notas fiscais, ambas de número 000006-1 (Eletronet-SE), com vencimento originário em 15/07/2017 e 15/08/2017, respectivamente;
- (d) Em 26/12/2017, o valor de R\$ 145.131,61 (cento e quarenta e cinco mil, cento e trinta e um reais e sessenta e um centavos), decorrente da emissão da nota fiscal 000021-1 (Eletronet-CE), com vencimento originário em 15/08/2017;
- (e) Em 25/01/2018, o valor de R\$ 173.073,22 (cento e setenta e três mil, setenta e três reais e vinte e dois centavos) decorrente da emissão das notas fiscais 000020-1 e 000021-1 (Eletronet-BA), com vencimento originário em 15/08/2017 e 15/09/2017, respectivamente;
- (f) Em 26/02/2017, o valor de R\$ 167.996,60 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), decorrente da emissão das notas fiscais 000020-1 (Eletronet-CE), 000006-1 (Eletronet-SE), NFSe 2122 (Eletronet-RJ), todas com vencimento originário para o dia 15/09/2017, acrescido do valor da nota fiscal que será faturada para vencimento em 15/10/2017.

12. No entanto, sem qualquer razão de fato ou de direito, a Requerida simplesmente não realizou qualquer pagamento pactuado, restando inadimplente na totalidade do Instrumento de Confissão de Dívida celebrado.

13. Vale registrar que, apesar de todo o prazo ofertado à Select Latina e as tentativas de solucionar amigavelmente a questão e receber o crédito que possuía, a Requerida, até o momento, não se manifestou quanto aos valores devidos, quedando-se inerte em relação à todas as tentativas de solução extrajudicial.

14. Deste modo, ante ao indiscutível inadimplemento, o valor atualizado do débito da Requerida até o ajuizamento da presente demanda é de R\$ 609.321,36 (seiscentos e nove mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), conforme anexa planilha de cálculo (**Doc. 08**).

15. Por todos os motivos acima expostos, não restou alternativa à Requerente senão prosseguir com o ajuizamento do presente requerimento de falência, como forma de proteger os seus interesses, bem como os da coletividade de parceiros comerciais, contra os efeitos de eventual insolvência.

(VI)

**FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

16. Como se sabe, o artigo 784, inciso III, no Código de Processo Civil dispõe expressamente que:

“Art. 784 – **São títulos executivos extrajudiciais:**

**III – O documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas”.**

17. Da mesma forma, o artigo 94, inciso I, da Lei nº 11.101/2005 institui que:

“Art. 94 – **Será decretada a falência do devedor que:**

**I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos na data do pedido de falência.**

(...)

§ 3º - Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com os títulos executivos na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei, acompanhados, em qualquer caso, dos respectivos instrumentos de protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica.”

18. Neste sentido, considerando que o “Instrumento de Confissão de Dívida” objeto da lide – assinado por todas as partes (credora, devedora, responsáveis solidários e testemunhas) –, configura título executivo extrajudicial, nos termos do artigo supramencionado, e tendo em vista que a Requerida, embora ciente do saldo devedor em aberto, não efetuou o pagamento da dívida, tampouco comunicou eventual impossibilidade de fazê-lo, o que justificou o protesto especial do título em valor superior a 40 (quarenta) salários mínimos (**Doc. 09**), é evidente que estão presentes todos os requisitos legais exigidos pela Lei nº 11.101/2005 aptos a legitimar este pedido de falência.

19. Trata-se, portanto, de pedido de falência fundamentado na impontualidade injustificada da devedora, observados todos os requisitos objetivos estabelecidos na legislação falimentar, ou seja, obrigação materializada em título executivo, com dívida superior a 40 (quarenta) salários mínimos; e impontualidade injustificada, comprovada através do instrumento de protesto especial do título.

20. Ante o exposto, impõe-se a decretação da falência da Requerida, nos termos do artigo 94, inciso I, e demais dispositivos da Lei nº 11.101/2005.

**(VII)**

**PEDIDOS**

21. Diante do exposto, pleiteia a Requerente que V. Exa. se digne determinar a citação da Requerida, por Oficial de Justiça, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal ou, ainda, fazer depósito elisivo, que deverá abranger o valor do débito, acrescido de correção monetária, juros, custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 98, *caput* e parágrafo único da Lei nº 11.101/2005.

22. Em cumprimento ao artigo 319, inciso VII, do CPC, informa não possuir interesse na audiência de conciliação e/ou mediação, tendo em vista todo que, até o momento, não conseguiu, efetivamente, nenhuma comunicação com os Requeridos após a celebração do Instrumento de Confissão de Dívida objeto da lide.

23. Protesta pela produção de todas as provas que se fizerem necessárias.

24. Dá-se à causa o valor de R\$ 609.321,36 (seiscentos e nove mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos).

Termos em que,  
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2019

**André Luiz Oliveira de Moraes**  
**OAB/RJ 134.498**

**Ruan Buarque de Holanda**  
**OAB/RJ 186.561**